

Briefing MCom

1. SITUAÇÃO GERAL

De acordo com a Lei nº 14.600/2023, que dispõe sobre a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, constituem áreas de competência do Ministério das Comunicações:

- I - política nacional de telecomunicações;
- II - política nacional de radiodifusão;
- III - política nacional de conectividade e de inclusão digital;
- IV - serviços postais, serviços digitais, telecomunicações e radiodifusão; e
- V - rede nacional de comunicações, incluída a rede privativa de comunicação da administração pública federal.

Conforme o Decreto nº 11.335/2023, cabe à Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Comunicações:

- I - planejar, coordenar e executar a política de comunicação social do Ministério;
- II - assessorar o Ministro de Estado e as demais autoridades do Ministério:
 - a) nos assuntos de comunicação social, imprensa, publicidade e eventos e nas ações de comunicação que utilizem meios eletrônicos;
 - b) na coordenação da comunicação interministerial e das ações de informação e de difusão das políticas do Ministério;
 - c) no relacionamento com os meios de comunicação e com as entidades dos setores de comunicação; e
 - d) no relacionamento com a imprensa regional, nacional e internacional;
- III - apoiar os órgãos integrantes do Ministério no relacionamento com a imprensa; e
- IV - planejar e executar ações de comunicação para a divulgação de políticas públicas vinculadas ao Ministério.

1.1 HISTÓRICO

O Ministério das Comunicações é o órgão governamental responsável pelo planejamento, regulamentação e gestão do setor de comunicação do país, cuja missão é promover a transformação digital no Brasil, bem como gerir e regular o setor de telecomunicações.

O MCom trabalha para garantir que os cidadãos tenham acesso a serviços de comunicação confiáveis e aproveitem as oportunidades oferecidas pela tecnologia digital. Além disso, visa garantir que as empresas do setor cumpram os regulamentos e promovam a inovação.

O órgão foi criado em 25 de fevereiro de 1967, onde foi atribuída a tutela dos serviços de telecomunicações e os Correios. Em 2016, foi extinto como parte dos esforços de reestruturação do governo e incorporado ao Ministério de Ciências e Tecnologias, resultando na formação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI).

Briefing MCom

Em 2020, o MCom foi recriado e passou a gerir as responsabilidades à que lhe competia, mas incorporando também as atribuições da então Secretaria Especial de Comunicação (SECOM) que, entre outras atividades, promovia os serviços de comunicação institucional do governo federal.

Em 2023, em uma nova reestruturação, a SECOM voltou à estrutura da Presidência da República e o Ministério das Comunicações passou a tratar das políticas de telecomunicações, radiodifusão, serviços postais e também de conectividade e inclusão digital e da rede nacional de comunicações, incluída a rede privativa de comunicação da administração pública federal.

1.2 CONTEXTO ATUAL

O Ministério das Comunicações definiu como meta a melhoria da conectividade para conectar os brasileiros e unir o Brasil. O órgão é o responsável pelo investimento de R\$ 28 bilhões, pelo Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para aprimorar o acesso da população à internet móvel, banda larga e sinal de celular, além de inclusão digital. É a primeira vez que o setor é contemplado pelo programa.

Entre as iniciativas está a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (Enec), coordenada pelo MCom, que vai implantar infraestrutura de rede de acesso à internet em alta velocidade; disponibilizar acesso à internet com velocidade adequada e instalar redes de Wi-Fi nas escolas para uso pedagógico de professores e alunos.

Serão 138.355 escolas atendidas até 2026 com o objetivo de aprimorar o uso de tecnologias digitais com investimentos de mais de R\$ 6,5 bilhões.

O eixo também vai conectar 24 mil unidades básicas de saúde (UBS) em todo o país. A conexão de qualidade vai permitir o fortalecimento do Programa Nacional de Telessaúde, a expansão do uso de prontuários eletrônicos, a garantia de acesso à internet por UBS em comunidades indígenas e quilombolas.

Para melhorar a conectividade nas localidades afastadas dos grandes centros, o Ministério das Comunicações também está expandindo o sinal do 4G para 7,4 mil distritos, vilas e áreas rurais, e a cobertura do 5G para 5,5 mil sedes municipais e 1,7 mil pequenas localidades. Serão R\$ 10,9 bilhões de investimentos até 2026 e R\$ 7,6 bilhões após a data.

O ConectaBR – Programa Nacional de Melhoria da Cobertura e da Qualidade da Banda Larga Móvel – criou critérios mais rigorosos para as operadoras. Subiu de 80% para 95% o índice de cobertura das prestadoras de serviço com níveis de qualidade adequados, garantindo uma velocidade mínima de 10 megabytes por segundo para o 4G e de 100 megabytes por segundo para o 5G.

Briefing MCom

Para garantir o cumprimento das determinações, está promovendo fiscalizações, chamadas de Blitz da Telefonia Móvel, que vai passar por todas as capitais e analisar as chamadas regiões de “sombra”, que apresentam problemas no sinal. O sinal é medido por técnicos da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A partir das informações é elaborado um relatório que é enviado para as operadoras, que têm até seis meses para sanar os problemas encontrados.

As operadoras também receberão um selo de acordo com a qualidade do serviço fornecido.

Para ampliar a capacidade de tráfego de dados e a disponibilidade de banda larga, o Ministério das Comunicações está construindo 28 infovias, ou estradas digitais. O investimento neste programa é de R\$ 1,9 bilhão e contemplará, principalmente, as regiões norte e nordeste do País.

Entre as infovias estão as do Norte Conectado, que irá investir cerca de R\$ 1,3 bilhão em oito infovias com cabos de fibra óptica subaquáticos que passam pelos rios da Amazônia. Toda essa estrutura irá beneficiar cerca de 10 milhões de brasileiros em 59 municípios dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. Cada um dos municípios terá um Data Center Modular, onde os pares de fibra estarão disponíveis para o uso. O impacto ambiental dessa infraestrutura é praticamente zero e está preservando 68 milhões de árvores da região, já que não será utilizada uma rede típica de telecomunicações, enterrada ou postada.

Há ainda o investimento de R\$ 154 milhões para ampliar a oferta de programação de TV digital em municípios com baixa disponibilidade de canais, com a instalação de infraestrutura de transmissão digital, para utilização por emissoras públicas.

Caberá ao Ministério das Comunicações também implantar, a partir de 2025, a chamada TV 3.0, o novo padrão tecnológico para evolução da TV Digital. A iniciativa tem o objetivo de revolucionar o setor com uma série de tecnologias para melhorar a experiência do telespectador. A navegação será mais interativa, passando a ser feita por meio de aplicativos, o que permitirá que os canais ofereçam, além do que já é transmitido ao vivo por sinal aberto, conteúdos adicionais sob demanda - com integração com a internet -, como séries, jogos, programas e muitas outras possibilidades. Além disso, será possível ter a recepção de áudio de alta qualidade e de imagens mais realistas, em Ultra High Definition (UHD), que pode chegar a 4K e 8K.

Outro programa que ganhou destaque nos últimos anos foi o Computadores para Inclusão. O Programa tem como objetivo apoiar e viabilizar iniciativas de promoção da inclusão digital por meio dos Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC) — espaços físicos adaptados para o recondicionamento de equipamentos eletroeletrônicos, para a realização de cursos e oficinas e realiza o descarte correto de resíduos eletrônicos.

O Programa já soma, desde sua criação, um total de 40 mil computadores doados, distribuídos para mais de 800 municípios brasileiros e a proposta é chegar a 50 mil computadores doados até o final de 2024 – o que representa um crescimento significativo da iniciativa em relação aos últimos anos.

Em relação à capacitação, foram ofertados 147 cursos, resultando na formação de mais de 35 mil alunos plenamente capacitados para o mercado de trabalho e a destinação de 3 mil toneladas de resíduos descartados de forma correta e consciente.

2. DESAFIO DE COMUNICAÇÃO

Desde o início de 2023, o Ministério das Comunicações passou a ter uma atuação mais forte em ações de conectividade pelo País, a fim de promover a inclusão digital e a inclusão social. Esta foi uma das áreas de competência incluídas na Lei nº 14.600/2023, que dispõe sobre a organização básica dos Ministérios.

Entre 2016 e 2022, o Ministério passou por algumas alterações que modificaram as suas competências, desde a sua extinção até a sua recriação, incorporando também as atribuições da Secretaria Especial de Comunicação (SECOM) que supervisiona a comunicação institucional do governo federal.

Por muitos anos, o Ministério das Comunicações tratou de temas técnicos nas áreas de telecomunicações e radiodifusão, como a rede de telefonia fixa e móvel e a concessão de canais de televisão e rádio, entre outros. Porém, com a nova atribuição de conectividade e inclusão digital, o MCom passa a ter uma atuação mais ampla e em ações que beneficiam diretamente à população, como levar internet às escolas para uso pedagógico e a comunidades distantes para promoção da telessaúde.

Com base na situação acima descrita, e em um contexto de crescente de ações de conectividade que serão desenvolvidas nos próximos anos, a licitante deverá elaborar um planejamento estratégico de comunicação institucional para a realização de campanha de relações públicas que busque reposicionar e ressignificar a atuação do Ministério das Comunicações e alcançar os objetivos propostos neste briefing.

3. OBJETIVOS DE COMUNICAÇÃO – GERAL E ESPECÍFICOS

3.1 OBJETIVOS GERAIS

Fortalecer a imagem do Ministério das Comunicações junto aos formadores de opinião estratégicos, resgatando a sua relevância na formação de políticas públicas para os brasileiros e brasileiras e ressignificando a sua atuação.

Briefing MCom

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover a imagem positiva do Ministério das Comunicações no Brasil;
- Definir estratégias, ações e mensagens-chave para divulgação das iniciativas realizadas no eixo de conectividade e inclusão digital;
- Divulgar os programas, ações e políticas públicas do MCOM;

4. PÚBLICOS-ALVO

- Imprensa;
- Sociedade civil organizada
- Congresso Nacional e demais autoridades
- Sociedade em geral.

5. PRAÇAS

Território Nacional, com prioridade para as capitais dos 26 estados e o Distrito Federal.

6. PERÍODO

O plano de comunicação institucional deve conter ações da campanha de relações públicas para **período de 6 meses**.

7. VERBA REFERENCIAL PARA INVESTIMENTO

A verba máxima a ser utilizada, a título de exercício, será de **R\$ 5 milhões (cinco milhões de reais)**, devendo as propostas serem elaboradas levando em consideração os produtos e serviços elencados no Edital.

8. RECURSOS PRÓPRIOS DE COMUNICAÇÃO

- Portal do MCOM: <https://www.gov.br/mcom/pt-br>;
- Perfis do MCOM em redes sociais: Facebook, X (Twitter), Youtube, Instagram, LinkedIn, TikTok
- Intranet MCom